



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## MINUTA

TRE/MS

Termo Contratual nº xxx/2019

Livro nº 2 – Fl.xx

Data: xx/xx/2019

*Contrato de prestação de serviços de instalação de testeira metálica (face posterior) da garagem do prédio-sede, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx*

*Pelo presente instrumento a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. **XXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na Rua **XXXXXX**, **XXX**, Bairro **XXXXX**, **XXXXXXXX**, CEP **XXXXXXX**, e-mail: [XXXXXXXXXX](#), Telefone/fax: (XX) **XXXX-XXXX**, (XX) **XXXX-XXXX**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Procedimento Administrativo **SEI 0002592-70.2019.6.12.8000 - TOMADA DE PREÇOS 03/2019** e proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a aquisição e instalação de testeira metálica com Pintura de Fábrica, na face posterior da garagem do prédio sede do TRE/MS, situado na Rua Des. Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, nesta Capital, conforme as especificações técnicas constantes da proposta da contratada, que fica fazendo parte integrante deste Contrato.

**1.2.** A Área total da Testeira é de 45,0 m² (incluso: sobreposições).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**2.1.** Considera-se a empresa proponente como especializada no objeto da contratação, devendo prever em sua proposta as eventuais complementações de materiais, equipamentos e serviços que identifique necessárias para a perfeita execução do objeto.

**2.2.** A relação total dos serviços a serem executados constam na Planilha de Orçamento Global da Obra, Anexo II, e são resumidamente:

- 1 - Administração Local da Obra;
- 2 - Serviços Preliminares;
- 3 - Retiradas e Demolições;
- 4- Cobertura e Platibandas;
- 5 - Pinturas;
- 6 - Serviços Finais;

**2.3.** Caso necessário, a contratada poderá subcontratar alguns serviços, desde que a soma destes itens não ultrapasse 30% do valor total da contratação.

**2.3.1.** A anuência para a subcontratação deverá ser previamente solicitada à Fiscalização, que analisará e, entendendo ser possível, submeterá à Administração para autorização, desde que a empresa subcontratada demonstre sua regularidade fiscal e previdenciária.

**2.4.** No período de execução da reforma o prédio permanecerá funcionando normalmente no horário oficial de expediente, de segunda à sexta, das 12:00 às 18:00, devendo a contratada dar total condições para que os serviços não sejam interrompidos.

**2.5.** A Contratada poderá executar os serviços fora do horário de funcionamento, tais como: Sábados, Domingos e Feriados. Devendo antes comunicar a Fiscalização, bem como, enviar a mesma relação dos funcionários com CPF e RG, sendo que todos os funcionários da Contrata deverão estar uniformizados

**2.5.1.** A contratada responsabilizar-se-á por todos os materiais permanentes e de consumo pertencentes ao TRE/MS, obrigando-se a mesma ressarcir quaisquer valores referentes a danos, extravios ou demais comprometimentos a materiais, móveis e equipamentos, que porventura forem verificados no período em que a empresa estiver executando os serviços em locais ou horários com ausência de servidores.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A execução do contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS**

**4.1.** O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser extinto antes deste prazo pela total resolução do objeto contratado ou prorrogado, no caso da não conclusão do objeto dentro do prazo fixado.

**4.2.** Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

- a) Prazo de início de execução dos serviços: 05 (cinco) dias a partir do recebimento da **Ordem de Serviço** expedida pela Seção de Manutenção Predial (SMP);
- b) Prazo de execução de todos os serviços que ora se contrata: 30 (trinta) dias contados do início da execução dos serviços;
  - b.1) Para efeitos contratuais, a data de término da obra será considerado no dia da comunicação da contratada informando a finalização do serviço, constatado pela Fiscalização em vistoria para recebimento provisório;
  - b.2) Caso verificado pela Fiscalização que ainda restam serviços a serem executados após a informação que trata a alínea anterior, a contratada será notificada a executar as atividades restantes e providenciar nova comunicação de término, a ser considerada efetivamente como data da conclusão.

**4.3.** Prazo para comunicar à Fiscalização que os serviços foram concluídos: até 10 (dez) dias contados do término da execução, via Diário de Obra, Ofício ou e-mail;

**4.4.** Prazo para a Fiscalização vistoriar e, se for o caso, receber os serviços provisoriamente: 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação escrita de conclusão dos serviços;

- a) Para o Recebimento Provisório deverão estar saneadas todas as pendências relacionadas à execução dos serviços.
- b) Havendo qualquer tipo de pendência, o prazo se interrompe, voltando a ser contado apenas após a devida regularização, assim atestada pela Fiscalização;
- c) A estipulação do prazo para regularização da pendência ficará a cargo da Fiscalização, consoante a complexidade da solução que deva ser adotada.

**4.5.** Prazo para o TRE/MS, através de servidor ou comissão designada, receber os serviços definitivamente: 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório dos serviços.

**4.6.** Prazo de garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor;

**4.6.1)** Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.

**4.7.** Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de execução estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para conclusão.

- a) A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.
- b) A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

c) Em caso de denegação da prorrogação do prazo de execução, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

**4.8.** As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e entrega da obra, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

**4.9.** O cronograma físico-financeiro tem caráter estimativo, haja vista as peculiaridades técnicas que ocorrem durante a execução de uma obra/reforma . A não execução de etapas na data prevista pelo cronograma será objeto de análise da Fiscalização, que informará à Administração as conclusões sobre o caso e as providências que entender cabíveis, pautando-se sempre pelo ritmo razoável de execução e a data prevista para a conclusão dos serviços.

**4.10.** Não serão computados nos prazos contratuais os dias de chuvas fortes ou de calamidade pública, impeditivos à execução dos serviços, devidamente comprovados e abonados pela Fiscalização e registrados no Diário de Obra.

**4.11.** O período em que o Contratante der causa para que os trabalhos da Contratada fiquem paralisados, ainda que parcialmente, deverão ser objeto de análise da fiscalização, a quem incumbirá definir qual o impacto da paralisação no bom andamento dos trabalhos e no cumprimento do prazo da obra, apontando ao final qual o número de dias que deverá ser dado à Contratada a título de reposição.

## **CLÁUSULA QUINTA –DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** A fiscalização, acompanhamento e orientação dos serviços objeto deste Contrato e do Projeto Básico realizar-se-ão por representante da administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n. 8.666/93.

**5.2.** A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, podendo inclusive exigir mudanças, desde que devidamente justificado;

**5.3.** A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa contratada;

**5.4.** As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas prioritariamente, por intermédio da Fiscalização;

**5.5.** São atribuições da Fiscalização:

- a) Seguir as orientações deste contrato, atuando e desempenhando suas atividades com o intuito de fiscalizar o cumprimento das condições pactuadas pela contratada;
- b) elaborar e informar à Administração, através de documento formal juntado aos autos, o registro dos prazos contratuais, bem como o registro de quaisquer atualizações de prazos por conta de dias perdidos em função da aprovação dos projetos pelo Tribunal, ou atraso referente à aprovação do projeto por parte de Órgãos Públicos ou Concessionários de Serviços Públicos, se houver;

- c) Encaminhar as notas fiscais/recibos para pagamento com toda a documentação exigida neste contrato;
- d) manter cópia do contrato, e possíveis alterações, sob sua guarda, em arquivo próprio;
- e) manter o controle dos prazos contratuais, informando a Administração sobre quaisquer necessidades de alterações ou prorrogações;
- f) adotar todas as providências necessárias à perfeita execução dos serviços, informando a Administração sobre a necessidade de providências que extrapolem as suas competências.

**5.6.** À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do Ofício ou Ordem de Serviços.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** No término dos serviços a empresa contratada deverá comunicar a fiscalização para recebimento dos serviços contratados.

**6.2.** O recebimento dos serviços deverá ser realizado conforme as disposições do art. 73 e seguintes da Lei n.8.666/93, bem como disposições do Projeto Básico.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

**7.1.** O valor total do contrato é de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

**7.2.** O pagamento será feito em favor da Contratada em 01 (uma) parcela, sendo realizada após 30 (trinta) dias do início dos serviços e será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal e mediante a apresentação pela contratada de todos os documentos elencados abaixo, desde que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

- a) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991**;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**, emitida pela Justiça do Trabalho;
- d) **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante;

**d.1.** Caso a empresa seja **OPTANTE PELO SIMPLES** e não apresente a **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO**, será **RETIDA NA FONTE** a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96 (Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/PASEP) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido; não se

responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

**d.2.** Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

**e) Anotação da Responsabilidade Técnica (ART)** de execução do serviço recolhida, que deve ser providenciada antes do início de execução dos serviços;

**f) Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.**

**7.3.** O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

**7.4.** A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/MS (telefone: (67) 2107-7000), solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

**7.5.** Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, desde que tal delonga não seja motivada pelo contratado, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$EM = \text{Encargos Moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso;}$$

$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$

$$i = \text{taxa percentual anual do valor de 6\%,}$$

$$I = i / 365 \text{ onde } I = (6/100) / 365.$$

**7.7.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**7.8.** De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/01, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

**7.8.1.** No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

**7.8.2.** No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último

aniversário da proposta.

**7.8.3.** Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

**7.9.** Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, a qualquer tempo, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

**7.10.** Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

**8.1.** As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

## **CLÁUSULA NONA– DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE**

**9.1.** Exercer a fiscalização da execução do objeto da contratação por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

**9.2.** Proporcionar as facilidades e prestar as informações para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Projeto Básico e do Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;

**9.3.** Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;

**9.4.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e reajustes do contrato;

**9.5.** Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

**9.6.** Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;

**9.7.** Aplicar à contratada penalidades por descumprimento do Projeto Básico e de cláusulas contratuais;

**9.8.** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e no contrato;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

- 10.1.** Fornecer os materiais e os equipamentos componentes do sistema, em conformidade com o disposto nos elementos técnicos, que deverão ser todos novos e de 1ª qualidade.
- 10.2.** Executar os serviços necessários, com observância das normas técnicas aplicáveis.
- 10.3.** Prestar garantia dos serviços.
- 10.4.** Solicitar ao contratante esclarecimento ou informação complementar, objetivando a perfeita execução do objeto da contratação.
- 10.5.** Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 10.6.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do objeto, sendo de inteira responsabilidade da empresa a contratação de funcionários necessários a perfeita execução do serviço.
- 10.7.** Afastar imediatamente após a comunicação, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços. A substituição do prestador de serviços afastado deverá ser efetuado em no máximo 5 (cinco) dias úteis;
- 10.8.** Utilizar mão de obra capacitada para a execução dos serviços;
- 10.9.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 10.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 10.11.** Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;
- 10.12.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência do contratante;
- 10.13.** Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato;
- 10.14.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- 10.15.** Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir;
- 10.16.** Responsabilizar-se pela conduta do empregado que for incompatível com as normas do contratante, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;
- 10.17.** Receber os valores que lhe forem devidos pela execução do objeto, na forma disposta neste Projeto Básico.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES**

- 11.1** Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Projeto Básico (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis,



para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**11.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.**

**11.2.** Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual;
- d) quando a contratada deixar de preencher diariamente o livro de Diário de Obras conforme estabelece o Projeto Básico.

**11.3** Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

a) de **0,1%** (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

b) de **2%** (dois por cento) por dia de **atraso na entrega dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia a multa diária passará a 5% (cinco por cento); após o décimo quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

c) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e no encaminhamento do documento imprescindível** para pagamento;

d) de **0,05%** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, quando **não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços ou solicitação registrada no livro Diário de Obras**, procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados.

e) de **0,1%** , sobre o valor total do contrato, **em caso de extravio do Livro Diário de Obras, atraso na entrega da Certidão Negativa de Débito da obra** ;

f) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, pelo não cumprimento do prazo para atendimento dos chamados de assistência técnica no período da garantia dos materiais, no caso de atrasos de até 30 (trinta) dias e no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Projeto Básico ou de ordens da fiscalização.

g) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

h) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, após a segunda ocorrência de advertência da mesma natureza;

i) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, 1/2 ou 1/3.

11.3.2. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

11.3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

11.3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

11.3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

11.3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**11.4.** Será aplicada **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo da multa:

**11.4.1.** Se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Tribunal a rescindir o Contrato.

**11.4.2.** Se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista neste contrato ou Projeto Básico

**11.5.** Será aplicada **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO**, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o Contratante, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

**11.5.1** A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a *Contratada* venha a ressarcir o Contratante pelos prejuízos eventualmente causados.

**11.6.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação, encaminhado à autoridade superior do Contratante.

**11.7.** No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**11.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

**12.2.** Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

**12.3.** A rescisão do presente Contrato somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

**12.4.** A rescisão do Contrato poderá ser:

- a)** Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, "I", letra "e", da Lei nº 8.666/93;
- b)** **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93.
- c)** **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

**12.5.** No caso de rescisão motivada pelo inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

**13.2.** Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

**13.3. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;**

**13.4. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1.** Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam este contrato, para um só efeito.

Campo Grande, xx de xxxxxx de 2019.

**Hardy Waldschmidt**  
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da empresa  
XXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 04/04/2019, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0638320** e o código CRC **B7D80BAE**.